

João Pessoa, PB, 6 a 12 de maio de 2013 - nº 19 - Ano XVI

Deputados aprovam emendas que beneficiam servidores

Na quarta-feira última (9), os deputados estaduais aprovaram emendas à MP 204/2013, corrigindo distorções e discriminações salariais para todos os servidores. Por meio dessa votação, a Assembleia Legislativa demonstrou, mais uma vez, altivez e independência em relação às suas atividades, conforme prescrevem as Constituições Estadual e Federal.

A Assembleia Legislativa demonstrou, com a votação unânime pelas emendas, que defende o que é justo e legal para a sociedade paraibana.

Emenda relativa ao Fisco

A emenda apresentada pelo Deputado Raniery Paulino transforma a Bolsa de Desempenho em percentual que incorpora o seu valor ao subsídio dos auditores ativos e inativos e aos pensionistas do Fisco.

A emenda não acresce nenhum valor às despesas já programadas pelo Governo para os gastos com folha de pessoal, haja vista já estarem orçados para o pagamento da Bolsa de Desempenho extinta pela emenda.

Com isso, o princípio constitucional da paridade entre ativos e inativos está mantido. A categoria fiscal aguardará a sanção do Governador do Estado, Ricardo Coutinho, uma vez que a emenda corrige as distorções e injustiça salariais entre os servidores.

Categoria Fiscal decide agravar decisão do TJ

Audidores fiscais, reunidos em assembleia extraordinária, quinta-feira última (9), decidiram agravar decisão da Presidência do TJPB que define nova sistemática de pagamento dos valores do precatório denominado 550, diferentemente da forma de pagamento até então adotada.

A categoria decidiu que o Sindicato deverá recorrer da decisão, uma vez que o Sindifisco-PB é o autor da Ação e representa, constitucionalmente, seus filiados.

Categoria mobilizada

Aposentados e pensionistas filiados participam, nesta terça (14), de atividade de mobilização na sede do Sindifisco-PB, em João Pessoa, a partir das 8h. A atividade também ocorre na sucursal do Sindicato, Campina Grande, nesta quarta-feira (15).

O objetivo é discutir a pretensão do Governador Ricardo Coutinho de quebrar a paridade entre ativos e inativos, em total desrespeito à Constituição.

Os filiados serão informados ainda sobre a emenda relativa ao Fisco incorporada à MP do reajuste e a decisão da assembleia geral extraordinária de recorrer em relação ao despacho do TJPB.

Audidores Federais se habilitam na ADI do Subsídio

O Sindifisco Nacional, entidade representativa dos Auditores Fiscais da Receita Federal, foi aceito, pelo Supremo Tribunal Federal - STF, na ADI 4769, do Governo da Paraíba, que questiona o artigo 8º da Lei do Subsídio do Fisco paraibano.

A entidade teve o pedido *Amicus Curiae* deferido pelo relator da ADI 4769, ministro Dias Toffoli, que fundamenta sua decisão na relevância da matéria e representatividade da instituição em relação ao assunto. Com o deferimento, o *Sindifisco Nacional* poderá apresentar argumentos técnicos e jurídicos relativos à matéria.

O Sindifisco-PB considera o ingresso dos auditores federais na ação como uma comprovação da importância e da relevância em torno da matéria, que já conta com a participação do próprio Sindicato e da Fenafisco.

Planejando as lutas

No próximo fim-de-semana, a gestão *União, Resistência e Luta* reunirá diretores, colaboradores, conselheiros fiscais e funcionários do Sindifisco-PB para a realização do planejamento estratégico do Sindicato para o próximo triênio.

Na ocasião, serão definidas as principais ações que serão realizadas durante a gestão, com base nas decisões do IV Conefisco e na carta-programa da diretoria recém-empossada.

Audiência Pública da LDO

O Sindifisco-PB, juntamente com as demais entidades do Fórum dos Servidores, participarão terça-feira (14), às 14h, da Audiência Pública que a Assembleia Legislativa promove para discutir o Projeto de Lei nº 1.408/2013, que dispõe sobre a elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentária para 2014.

É importante a participação das entidades representativas da sociedade, porque a LDO interessa diretamente a todos, uma vez que define os gastos a serem aplicados, pelo Governo, em políticas públicas em áreas prioritárias e essenciais para a qualidade de vida do povo paraibano.